



MPDFT

em revista

Uma publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Ano VI • março/2010 • Nº 15

O Ministério Público ao lado da população



Sumário



04

PLANALTINA
Por mais segurança

PARANOÁ
Casa aberta



06



08

SOBRADINHO
Agilidade a serviço da população

SAMAMBAIA
Atuação reconhecida



10



12

SÃO SEBASTIÃO
Ao lado da comunidade

TAGUATINGA
Contra o crime, a favor da cidade



16



18

BRAZLÂNDIA
Rede de justiça

SANTA MARIA
Unindo forças



20



22

CEILÂNDIA
Aposta no futuro

GAMA
Por um mundo mais humano



24



26

NÚCLEO BANDEIRANTE
Novos ares



MPDFT
em revista

Publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Eixo Monumental – Praça do Buriti,
Lote 2, Edifício Sede – Brasília-DF
CEP: 70091-900
Telefone: (61) 3343-9500
www.mpdft.gov.br

Procurador-Geral de Justiça
Leonardo Azeredo Bandarra

Vice-Procuradora-Geral de Justiça
Maria Aparecida Donati Barbosa

Corregedora-Geral
Lenir Azevedo

Chefe de Gabinete
Karel Ozon Monfort Couri Raad

Assessoria de Políticas Institucionais
Dênio Augusto de Oliveira Moura
e Libanio Alves Rodrigues

Diretor-Geral
Moisés Antônio de Freitas

Coordenação do Projeto
Coordenadoria de Comunicação Social
do MPDFT

Reportagem
Anna Carolina Brito, Daniella Carvalho,
Mônica Silva e Mônica Plaza

Revisão
Bruna Falco de Sá Souza

Fotografias
Geyzon Lenin e José Evaldo Vilela

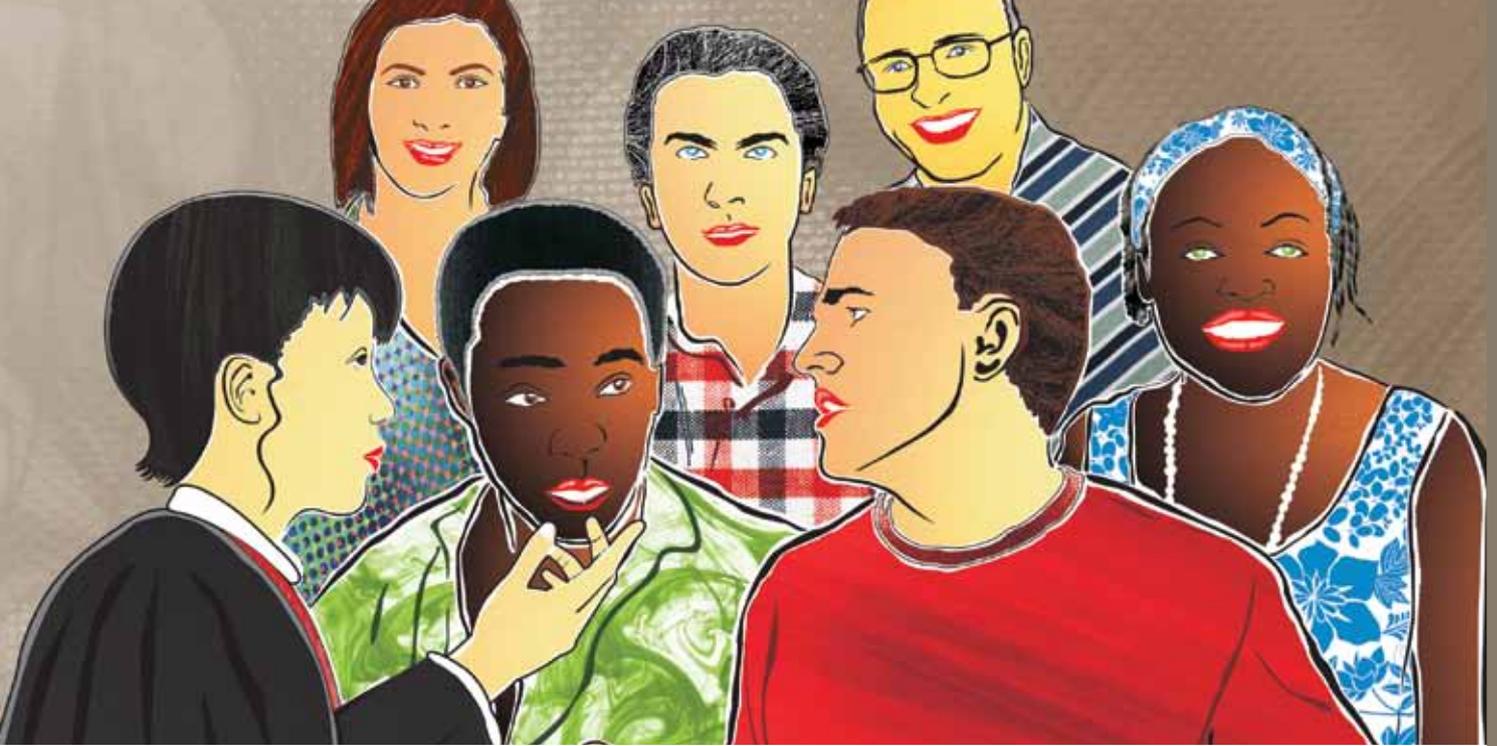
Capa
Ct. Comunicação

Diagramação
Ct. Comunicação

Jornalista responsável
Mônica Silva - RP 7751

Tiragem: 4.000 exemplares

Impressão
Elite Gráfica



O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios busca, incansavelmente, estar mais perto da população. Para alcançar este objetivo, a atuação de membros e servidores em cada uma das circunscrições é fundamental. São eles os primeiros a tomar contato com a comunidade, com seus problemas e seus anseios. Por isso, esta edição da MPDFT em Revista é dedicada ao trabalho desenvolvido pelo Ministério Público em cada cidade do Distrito Federal.

São, hoje, onze Promotorias de Justiça nas cidades, atuando nas áreas cível e criminal. Em cada uma delas, promotores e servidores têm um olhar específico para a comunidade e suas demandas. Nesta revista, vamos conhecer o trabalho desenvolvido em Brazlândia com as redes sociais da cidade. A atuação da Promotoria de Ceilândia no combate à violência doméstica é outro dos destaques, assim como as ações contra as gangues juvenis em Planaltina. E estes são apenas exemplos das práticas adotadas em cada circunscrição. Em todas as Promotorias, uma forma diferente de atuar garante mais proximidade com o cidadão e formas mais eficientes de solucionar conflitos.

Em diversas circunscrições, as ações adotadas fazem parte do Projeto Política de Atuação (PPA),

desenvolvido em parceria pelas Promotorias, a Assessoria de Políticas Institucionais (API) e a Secretaria de Planejamento (Secplan). Os resultados da edição 2007-2009 do PPA foram avaliados e não deixam espaço para dúvidas: o planejamento estratégico é a melhor forma de se atingir os objetivos institucionais a que cada unidade do MPDFT se propõe.

Sabemos que a presença de uma Promotoria traz ao cidadão a expectativa de que os direitos de sua comunidade serão defendidos por pessoas que conhecem as especificidades do lugar. Para o Ministério Público, isso significa mais responsabilidades e, ao mesmo tempo, mais vontade de atuar de forma participativa. Com este espírito é que foi criado, recentemente, o Projeto Audiências Públicas. Nosso desejo é que, em pouco tempo, todas as cidades do DF tenham a oportunidade de debater com o Ministério Público as questões que mais lhes afetam. Essa é uma forma de garantir que o desempenho de nossas atribuições constitucionais corresponda às reais necessidades da população do Distrito Federal. Esperamos ter sucesso!

Leonardo Azeredo Bandarra

Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios



Evaldo Vilela

Os estudantes da cidade têm a oportunidade de visitar o Tribunal do Júri e participar de uma sessão de julgamento

Por mais segurança

Dois sequestros em apenas um mês. Os dois crimes com participação de jovens. O grande número de ocorrências envolvendo adolescentes levou a Promotoria de Justiça de Planaltina a investir principalmente em projetos na área educacional. Segundo a Coordenadora Administrativa, promotora Vivian Barbosa Caldas, “quase toda semana temos crimes envolvendo integrantes de uma gangue.

É um círculo vicioso, eles sempre querem fazer justiça com as próprias mãos”.

Uma das iniciativas é o projeto *Tribunal do Júri, uma lição de vida*. Em parceria com a Diretoria Regional de Ensino da cidade, a Promotoria leva estudantes das escolas públicas para assistir a uma sessão do Tribunal do Júri. Na opinião da promotora, é fundamental que os estudantes conheçam a atuação do Ministério

Público e aprendam a dinâmica dos processos criminais. “Os jovens precisam conhecer o que acontece por aqui. Mais cedo ou mais tarde, todos os integrantes das gangues passam pelo Ministério Público, como réus ou como vítimas”.

Outro objetivo é aumentar o número de Conselhos de Segurança Escolar implantados na cidade. São apenas 11 nas 61 escolas públicas de Planaltina.

Para isso, os promotores participam das atividades do Grupo de Apoio à Segurança Escolar do MPDFT. Além disso, os promotores de família da cidade visitam as escolas para divulgar o papel do Ministério Público. “Aproveitamos a imagem de credibilidade que o MP tem junto à população”, explica Vivian Caldas.

Mais perto da comunidade

Com mais de 200 mil habitantes, Planaltina é a cidade mais antiga do Distrito Federal. São 150 anos. O crescimento da população trouxe o aumento do número de crimes graves. A cidade tem duas delegacias e uma companhia da Polícia Militar, insuficientes para toda a demanda.

O desemprego é um dos grandes problemas de Planaltina. A falta de lazer também contribui para aumentar a marginalidade. As estatísticas mais recentes da Polícia Civil, de 2007, indicam que as ocorrências mais comuns na cidade são roubo a transeuntes, furtos a residência, ameaça e lesão corporal dolosa.

Uma das metas da Promotoria é aumentar o contato com a comunidade. Dentro dessa filosofia, o Setor de Medidas Alternativas (Sema) mudou o enfoque do trabalho. Até recentemente, a maior preocupação era com o descumprimento das medidas. A servidora Adriana Santos Pe-

reira explica que, agora, depois da audiência, os réus respondem a um relatório de investigação social. “Essa atuação traz mais resultados. O autor sai daqui conscientizado e as medidas se encaixam mais ao perfil de cada um, evitando o descumprimento da pena”, acredita.

Primeiro servidor

Naquela época todos se conheciam pelo nome. Era o final da década de 80, e o Ministério Público ainda fazia parte do Ministério da Justiça. A expectativa de crescer profissionalmente, iniciando uma carreira em um novo órgão, fez Plácido Bartolomeu Sobrinho querer mudar de vida. Ele pediu transferência do antigo INPS, hoje Previdência Social, para o MPDFT.

De 1989 a 1993, Plácido trabalhou na Promotoria de Planaltina. Eram três promotores de Justiça e dois prestadores de serviço. Ele foi o primeiro servidor da Promotoria. Mesmo sem saber o que era um processo, começou a datilografar as peças que os membros produziam, manuscritas.

Depois de uma passagem pelo Edifício-Sede, Plácido voltou a Planaltina em 2004. Já foi Secretário das Promotorias Especiais e do Júri, Chefe do Setor de Apoio Criminal e, atualmente, é Chefe do Setor de Apoio das Promotorias Cíveis. Ele confessa ser um apaixonado pela cidade onde mora desde 1972. “Planaltina é muito acolhedora. A equipe da Promotoria é maravilhosa. Sou realizado por poder compartilhar minha experiência com os colegas”.



Geyzon Lenin

A promotora Vivian acredita que o trabalho do MP pode ajudar a romper o círculo vicioso da violência



Geyzon Lenin

O Ministério Público é uma referência para a população da cidade

Casa aberta

O prédio da Promotoria de Justiça do Paranoá, inaugurado em 30 de junho de 2008, é visto como ponto turístico pela população da cidade. Com ares interioranos, o Paranoá não contava, até então, com edifícios de arquitetura mais moderna. O desafio, segundo o Coordenador Administrativo, promotor Georges Seigneur, é mostrar à população que o Ministério Público é mais do que um prédio bonito. “Queremos atuar diretamente nos problemas so-

ciais. Estamos abertos ao público e queremos que a sociedade perceba o trabalho do MPDFT”, ressalta o Coordenador.

Essa aproximação é importante porque, em diversas situações, mesmo a atuação mais rotineira do Ministério Público pode fazer diferença na vida das pessoas. O promotor Georges recorda-se da sessão do Tribunal do Júri em que viu um homem franzino e aparentando saúde frágil chegar ao plenário. Ele era irmão da ví-

tima e veio de outra cidade para acompanhar o julgamento. O réu foi condenado por unanimidade. Imediatamente, o irmão ligou para a mãe e disse: “Mãe, ele foi condenado. A Justiça foi feita”.

Para Georges, essa condenação teve um significado especial. “Quando você consegue trazer Justiça para uma sociedade que não é acostumada com ela, as pessoas acreditam que o sistema vai funcionar. Esse é o nosso objetivo aqui no Paranoá”, explica.

Problemas e soluções

A construção da sede própria, além de garantir espaço físico para quem já trabalhava na cidade, possibilitou a vinda de novos servidores. O número de funcionários praticamente dobrou, de 12 para 22 pessoas. “O número maior de pessoas aumentou a qualidade do nosso trabalho”, destaca Seigneur.

No entanto, ainda há dificuldades por resolver. O principal problema diz respeito ao atendimento de processos do Itapoã. A antiga invasão tornou-se Região Administrativa em 2005 e é uma das mais pobres do Distrito Federal. Dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) demonstram que 46% das famílias na cidade vivem com até dois salários mínimos. Cerca de 25% dos terrenos não são legalizados. Os índices de criminalidade são altos, o que demanda muito trabalho por parte da Polícia, de promotores e juízes criminais.

Segundo Seigneur, ainda acontecem muitos crimes por motivos fúteis, que geram enorme quantidade de inquéritos. A meta da Promotoria é atuar no controle da atividade policial, de forma a reduzir o número de inquéritos não resolvidos e permitir um trabalho conjunto mais eficiente. “A parceria com a Polícia é fundamental”, destaca.

Personagens

A satisfação em trabalhar na Promotoria do Paranoá é visível entre os servidores. Marli Pereira Viçosa, chefe do Setor de Medidas Alternativas, entrou no MPDFT em dezembro de 1987. Já passou por diversos setores do MPDFT e, há dois anos, foi para o Paranoá. Atualmente, seu trabalho consiste em visitar instituições para credenciá-las como beneficiadas por medidas alternativas. O objetivo é que as instituições disponibilizem oportunidades de trabalho comunitário para autores de fato. Ela também fiscaliza se os autores estão prestando o serviço de forma adequada.

O trabalho mais significativo para Marli foi ajudar um autor de fato detido por dirigir sem carteira de habilitação. Ao descobrir que ele não tinha a carteira por não saber ler, Marli ajudou o homem a encontrar um curso de educação para adultos. A maior gratificação para a servidora é saber que seu trabalho mudou a vida de alguém. “Essa pessoa agora tem um mercadinho. Toda vez que passo

por lá, ele me cumprimenta. Eu sei que fiz a diferença”, destaca.

O último servidor a chegar à Promotoria do Paranoá é estudante de Direito e Administração. Lucas César Costa já foi estagiário em outros órgãos públicos, mas acredita que o MPDFT é diferente por ser mais humano. “Eu não imaginava o tamanho do acolhimento que a população recebe dos servidores. Todos são muito solícitos”, observa. O jovem acredita que trabalhar diretamente com a comunidade possibilita enxergar os fatos de outra maneira. “Muitas vezes, a realidade é mais complexa do que parece ser no processo.”



Evaldo Vieira

Para o promotor Georges, o Ministério Público precisa atuar ao lado da sociedade



A cidade de 50 anos cresceu e enfrenta problemas comuns aos grandes centros do país

Agilidade a serviço da população

“**N**ossa relação com a Justiça é muito boa.” É assim que o promotor Rogerio Shimura, Coordenador Administrativo da promotoria de Justiça de Sobradinho, descreve o trabalho na circunscrição. A cidade, de cerca de 44 mil habitantes, é considerada tranquila, mas vivencia as dificuldades comuns aos centros urbanos brasileiros.

Os principais problemas da cidade podem ser percebidos na movimentação de procedimentos na Promotoria. “Os crimes de roubo e porte de armas são bastante comuns, principalmente os relacionados ao uso e tráfico de drogas”, explica o Coordenador Administrativo. As estatísticas da Polícia Civil do Distrito Federal dão razão ao promotor. Dados de 2007 de-

monstram que as ocorrências mais comuns são roubo e furto a transeunte, furto em veículo e lesão corporal.

Na área cível, as demandas de família também são grandes. Felizmente, a relação próxima com o Judiciário agiliza os processos. “As ações de alimentos costumam ser rápidas”, afirma o promotor.

História

A primeira servidora da Promotoria de Justiça de Sobradinho ainda se lembra do dia 4 de março de 1980 como se não fizesse muito tempo. “Chegamos ao Fórum e ainda nem havia um lugar definido para o Ministério Público”, conta Maria de Lourdes Carvalho Cariri, ou, simplesmente, Cariri, como é mais conhecida.

Até 1987, ela trabalhou sozinha. Era atendente, secretária e assessora. Na época, a carreira do Ministério Público era diferente. Em Sobradinho, atuavam um promotor de Justiça, um defensor e um curador.

O tempo passou e a Promotoria cresceu. Hoje, são 27 servidores e oito promotores. Segun-

do o Coordenador Administrativo, a preocupação atual é com o espaço. “Recebemos vários servidores no último concurso e nossas instalações já não são suficientes”, pondera o promotor.

Esta é uma dificuldade de todas as pessoas que compartilham o espaço do Fórum Desembargador Juscelino José Ribeiro. Existe

a previsão de instalação de quatro novas varas, mas também não há espaço para elas. A solução seria a transferência do Fórum



Geyzon Lenin

Shimura: “Nossa relação com a Justiça é muito boa.”

para um novo prédio. “O Tribunal de Justiça já fez um estudo preliminar para a construção de um novo edifício”, explica Shimura.



Juliano C. Almeida

De ribeirão a cidade

A cidade de Sobradinho surgiu na região do córrego do Sobradinho, na cidade goiana de Planaltina. No livro de registro de terras do município, há informações sobre a área lançadas ainda em 1858. No documento, pode-se ler que Joaquim Gomes Rabello “possui um sítio no lugar denominado Sobradinho, distante da Vila treze léguas”.

Há mais de uma versão para o nome da cidade. Uma delas

diz que a designação é uma referência a um cruzeiro de madeira rústica, erguido às margens de um ribeirão. Em um dos braços da cruz, um joão-de-barro ergueu duas casinhas sobrepostas, lembrando um pequeno sobrado. Com o passar do tempo, o ribeirão foi chamado Córrego do Sobradinho e deu nome às fazendas da Região: Sobradinho Mugi e Sobradinho dos Melos.

Fonte: www.sobradinho.df.gov.br



Evaldo Vilela

No Concurso Cultural dos Conselhos de Segurança Escolar, os jovens da cidade mostraram seu talento para a dança, a música e o teatro

Atuação reconhecida

A população de Samambaia e do Recanto das Emas sabe aonde deve ir para reclamar seus direitos. Desde 2007, com a inauguração da sede da Promotoria de Justiça de Samambaia, a comunidade pode contar com um atendimento mais cômodo e eficiente. O Ministério Público funciona na cidade desde 1996, mas o edifício próprio facilitou o acesso do cidadão. “Antes, o MP se confundia com o Judiciário. Nosso prédio, moderno e jovial, personifica

a instituição”, acredita a Coordenadora Administrativa, promotora Raquel Aparecida Rodrigues Feliciano Lopes.

A Promotoria recebe, em média, a cada mês, 640 pessoas. O analista processual Onilson Nunes dos Santos é um dos servidores que atende diretamente a comunidade. “As pessoas não são carentes apenas de bens materiais, mas também de informação e atenção”, explica o servidor. As demandas nem sempre estão

relacionadas com a atuação do Ministério Público. A maior parte é trabalho típico da Defensoria Pública: causas de família, benefícios para presos, DPVAT. No entanto, ninguém volta para casa sem uma resposta. Os servidores são orientados a dar toda a atenção possível a cada um, encaminhando o cidadão ao local correto.

O reconhecimento da população pode ser percebido de formas inesperadas. Onilson se

lembra do dia em que, passando por uma agência de Correios da cidade, ouviu duas senhoras conversando. “Você já foi ao Ministério Público? Eles nos atendem tão bem!”, uma dizia à outra. “Ainda que o problema não seja resolvido imediatamente, as pessoas ficam satisfeitas com o atendimento”, acredita o servidor.

“Paz é lição de vida”

A preocupação com as demandas da comunidade vai além do atendimento direto ao cidadão. A Promotoria tem trabalhado ativamente no combate à violência na região. Há razões para isso: os dados da Polícia Civil demonstram que, em 2007, foram registradas 4.622 ocorrências relacionadas com o crime de roubo em Samambaia e no Recanto das Emas. No mesmo período, entre homicídios consumados e tentativas, foram 235 ocorrências registradas.

Para isso, a Promotoria trabalha em diversas frentes. Uma

delas é o incentivo à instalação de Conselhos de Segurança Escolar nas instituições de ensino. Em junho de 2009, uma grande festa promovida pela Promotoria de Justiça e pela Regional de Ensino reuniu cerca de 300 estudantes de Samambaia. Com o tema “A paz que se constrói”, o 1º Concurso Cultural dos Conselhos de Segurança premiou frases, músicas e peças de teatro sobre a cultura da paz nas escolas, produzidas pelos próprios alunos.

A frase do garoto Vitor Gabriel, de dez anos, resumiu o envolvimento dos jovens com a causa: “Paz não é dever de casa, é lição de vida”. Para o Diretor da Regional de Ensino de Samambaia, Antônio Magno, a parceria com o Ministério Público trouxe ótimos resultados e deve ser repetida. “Agora, temos que levar a iniciativa para escolas de outras cidades”, acredita o Diretor. Segundo Magno, os casos de violência diminuíram



Eváldo Vieira

Os Conselhos de Segurança Escolar têm efeitos positivos sobre toda a comunidade



Geyzon Lenin

Para a promotora Raquel, a população deve ser envolvida no combate à violência

das Emas também preocupa os promotores de Justiça. Para evitar que sejam extraviadas e retornem às mãos dos criminosos, a Promotoria recomendou às Delegacias da cidade que instalem inquéritos para todas as apreensões e garantam, assim, a correta destinação das armas.

Os casos de violência doméstica também recebem atenção. Foi criado, na Promotoria, o projeto-piloto do *Curso introdutório para a atuação multidisciplinar em violência doméstica e gênero*. Com o treinamento, promotores, juízes, servidores e estagiários podem discutir diferentes aspectos da violência doméstica e têm, assim, melhores condições de atender vítimas e autores. O curso já foi ministrado em outras cidades e, ainda em 2010, deve chegar à Promotoria de Brasília.



Geyzon Lenin

O Ministério Público quer incentivar a comunidade a discutir os problemas da região

Ao lado da comunidade

Com apenas um ano de vida, a Promotoria de Justiça de São Sebastião já é articulada com as demandas da sociedade. Promotores de Justiça e servidores participam das reuniões com representantes das redes sociais, inclusive estabelecendo pautas para os encontros. “Somos um interlocutor qualificado das demandas da comunidade”, afirma o Coordenador Administrativo, promotor Antonio Suxberger.

A tramitação rápida dos processos é um dos objetivos de promotores e servidores. Os processos costumam ser concluídos em três meses, a partir da data do fato. Os casos que envolvem réus presos tramitam ainda mais rápido. Suxberger destaca a dedicação da equipe para a celeridade dos procedimentos. “Aqui, percebe-se facilmente que o trabalho de todos é imprescindível. Cada engrenagem do sistema faz diferença”, acredita o promotor.

Os promotores de Justiça dividem entre si as demandas apresentadas nas reuniões mensais da rede social. Segurança pública, escolas e terceiro setor estão entre os temas mais debatidos. Cada promotor fica responsável pela atuação do Ministério Público nas áreas mais visadas. O trabalho tem gerado o reconhecimento da população. “O Ministério Público funciona como ator social, fomentando a participação da comunidade”, destaca o Coordenador Administrativo.

A preocupação com a atuação policial e a segurança pública também são destaques no trabalho da Promotoria. O Coordenador Administrativo já esteve reunido com o Comandante da Polícia Militar para discutir a atuação do batalhão escolar, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) e o aumento do efetivo policial.

A Promotoria de Justiça de São Sebastião tem cinco Promotores de Justiça e 11 servidores. A equipe mescla servidores antigos e recém-chegados, aprovados no último concurso. A Promotoria foi criada em 4 de dezembro de 2008, com a nova Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal (Lei nº 3.248/04).

Cidade jovem

A cidade de São Sebastião tem cerca de 100 mil habitantes, sendo a maioria jovens. Aproximadamente 47% têm menos de 20 anos de idade. Tráfico e uso de drogas, porte de armas e pequenos assaltos fazem parte do cotidiano da juventude da cidade. O principal problema são as gangues juvenis. São sete grupos disputando o poder. A maioria dos crimes é praticada com a participação de jovens.

A regularização fundiária também é um problema grave. As terras que hoje constituem a Região Administrativa XIV de São

Sebastião pertenciam, antes da mudança da capital, às fazendas Taboquinha, Papuda e Cachoeirinha. As áreas foram desapropriadas e nelas instalaram-se os primeiros moradores. Hoje, os condomínios de classe média implantados na região também esbarram no processo de regularização da cidade. São questões que, cedo ou tarde, chegam ao Ministério Público.

James Bond

“Caçar pessoas” faz parte do cotidiano de Maria Manuel Emydgio da Silva, ou Nena, como é chamada pelos colegas. Recém-chegada à instituição, aprovada no último concurso, ela é chefe do Setor de Diligências da Promotoria de São Sebastião. E já tomou gosto pela nova função. “Faço o meu trabalho com muita alegria. Encaro como um jogo de bingo. Quando encontro alguém, é como se tivesse feito um ponto na cartela”.

Antes de se tornar servidora pública, Nena foi dona de restaurantes e bares, experiência que acredita ajudar muito no desempenho do trabalho atual. Moradora de São Sebastião, ela conta que já

é reconhecida nas ruas da cidade devido à nova profissão. “Por onde passo, as pessoas acenam para mim”.

Quando a Promotoria foi implantada, todos os servidores faziam de tudo. Foi assim que Nena experimentou pela primeira vez o gostinho de localizar pessoas que não eram encontradas pelos oficiais de Justiça. Ela tornou-se chefe do setor graças à insistência e ao sucesso obtido nas suas investidas. “Fazíamos um rodízio das atribuições e, quando a diligência caía para mim, eu ficava entusiasmada. Foi assim que tudo começou”, conta.



Geyzon Lenin

Suxberger: “O MP é um interlocutor qualificado para as demandas da população.”

NO LUGAR DE QUAL DOS DOIS
VOCÊ PREFERE ESTAR?

BORGHERILOWE

DROGAS DESTROEM VOCÊ E O SEU FUTURO.

VIVAVOZ

LIGUE PRA GENTE. A GENTE LIGA PRA VOCÊ.

0800 510 0015



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**



Evaldo Vilela

O trabalho do Ministério Público busca garantir mais segurança para a população

Contra o crime, a favor da cidade

Taguatinga é a região economicamente mais desenvolvida do Distrito Federal. O movimento das ruas e a agitação do comércio são iguais ao que se vê nas grandes cidades brasileiras. Mas, além da riqueza econômica, o crescimento trouxe problemas relacionados à violência. “Os delitos registrados em Taguatinga são típicos de cidades médias e grandes: crimes contra o patrimônio, homicídios,

uso de entorpecentes”, explica o Coordenador Administrativo, promotor Carlos Alberto Carvalho Barbosa.

A atuação do Ministério Público no combate à violência em Taguatinga tem acontecido principalmente por meio do controle externo da atividade policial. Os promotores acompanham o andamento dos inquéritos e cobram a rápida investigação dos

fatos. “Essas ações se traduzem em melhor qualidade das provas, o que aumenta a chance de êxito nos processos”, explica o Coordenador Administrativo.

Os dados mais recentes da Polícia Civil apontam o aumento do número de ocorrências, entre 2006 e 2007, de crimes como roubo a posto de combustível, roubo de veículos e furto em comércio. Para atender a essa de-

manda, deve ser instalada uma nova vara criminal na cidade. Também existe a expectativa de que seja criada uma vara específica para os casos de violência doméstica.

Há um outro tipo de demanda criminal comum na cidade, segundo o Coordenador Administrativo. Nos condomínios ainda em processo de regularização, nas áreas de Vicente Pires, Arniqueiras e Colônia Agrícola Samambaia, a falta de ordenamento territorial e urbano causa conflitos entre vizinhos, muitas vezes com desdobramentos criminais. Nessas regiões, o número de ocorrências de perturbação ao sossego e desavença entre vizinhos é maior do que no resto da cidade. Também são comuns os ataques de cães ferozes. Já houve, inclusive, ações para a apreensão de animais.

O atendimento à comunidade também movimentava a Promotoria diariamente. A grande população (dados da Codeplan indicam que a cidade tinha, em 2004, 223.452 pessoas) e a proximidade do Hospital Regional são as principais razões para isso. “Muitas vezes, o cidadão não consegue atendimento médico e vem direto procurar o Ministério Público”, conta o promotor Carlos Alberto. Nesses casos, para que a pessoa não tenha que se des-

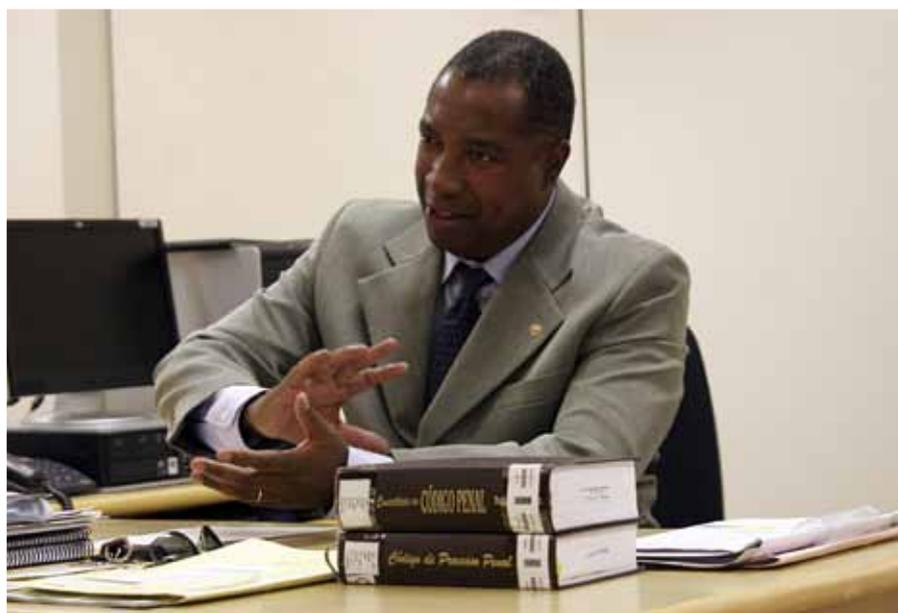
locar até o Edifício-Sede do MPDFT, as declarações são registradas e enviadas à Promotoria especializada responsável.

Três décadas de história

A Promotoria de Justiça de Taguatinga foi a primeira a ganhar uma sede própria, em 1999. No entanto, a atuação do Ministério Público na cidade começou quase 20 anos antes, em 1980. Naquela época, a Promotoria funcionava no prédio onde hoje está instalada a Academia de Polícia Civil. Ângela Maria Oliveira foi a primeira servidora a chegar. Havia apenas um promotor de Justiça e a servidora fazia de tudo. “Eu tinha 18 anos e vesti a camisa do Ministério Público”, relembra. Durante 12 anos, Ângela foi a única servidora. “Eu saía cansada, mas com a sensação de dever cumprido por ter

atendido até o último cidadão. Ninguém ia embora sem resposta”, afirma.

O Ministério Público em Taguatinga passou por outros dois prédios, antes da inauguração da sede. A servidora Sebastiana Nunes Barbosa, conhecida como Tânia, lembra das dificuldades. “Por algum tempo, o Fórum e a Promotoria funcionaram em um lugar isolado, no meio do mato. Havia uma porteira de madeira e barracões de alvenaria”, conta. A estrutura era precária. “Eu já trabalhava com computador, no órgão de onde eu vinha. Aqui, regredi para a máquina de escrever.” Apesar disso, Tânia não tem dúvidas sobre a decisão que tomou. “Vir para o MP foi a melhor coisa que me aconteceu”, acredita. “Em todos esses anos, percebo que evoluímos muito e rápido”, avalia.



Evaldo Vilela

Para o promotor Carlos Alberto, o combate à violência é uma das principais demandas da cidade



Geizon Lenin

Na cidade mais distante do Plano Piloto, a sociedade civil organizada pode contar com a parceria do Ministério Público

Rede de justiça

A equipe é pequena, mas o trabalho e a dedicação são grandes. Para atuar no combate e na prevenção à violência em Brazlândia, a Promotoria de Justiça da cidade desenvolve projetos voltados para a comunidade, além das atividades processuais comuns.

Para atender à demanda da cidade, são cinco promotores e 22 servidores. Apesar de ainda não ter sede própria, a Promoto-

ria de Justiça de Brazlândia cresceu bastante. Até 1997, os três promotores e cinco servidores ocupavam apenas duas salas no Fórum da cidade. “Tínhamos uma infraestrutura mínima”, conta a servidora Rozimeire Xavier Batista, há 15 anos lotada em Brazlândia.

Com a melhora da infraestrutura, a Promotoria pôde atuar de forma mais variada e próxima da população. Em 2005, a Coordenadoria Administrativa foi uma

das principais responsáveis pela articulação da rede social da cidade. Diversas entidades civis e governamentais de Brazlândia participam da Rede e, juntas, trabalham pela diminuição dos problemas sociais, como violência e uso de entorpecentes.

“A rede social melhorou ainda mais o relacionamento da comunidade com a Promotoria”, conta Rozimeire. “O trabalho do Ministério Público, hoje, é bastante reco-

nhecido em Brazlândia. Nos veem como aliados”, acrescenta a também servidora Luzimaura Oliveira.

A Promotoria também tem atuado em conjunto com a Polícia Civil para proporcionar melhor atendimento à comunidade, agilizando e melhorando a instrução de inquéritos e termos circunstanciados. Para isso, são realizadas reuniões temáticas periódicas com os chefes da delegacia local. Também são adotados procedimentos especiais nos casos que envolvem crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Nestes casos, as vítimas são encaminhadas para acompanhamento multidisciplinar.

O objetivo da Promotoria é trazer o Ministério Público para perto da sociedade. “Buscamos democratizar o acesso à Promotoria e tornar a sua atuação mais diversa, saindo um pouco do trabalho burocrático processual e alcançando o dia-a-dia da comunidade”, esclarece o Coordenador Administrativo Substituto, promotor Leandro Lobato Alvarez. A Rede Social e os novos projetos também vieram tornar o trabalho da Promotoria de Justiça mais eficiente. “Mudou a forma como abordamos os problemas, passamos a tratar as causas”, completa.

Para garantir o cumprimento das diretrizes da política de atu-

ação da Promotoria de Justiça de Brazlândia, foram traçadas estratégias para as áreas cível e criminal. O objetivo das ações é tratar e prevenir infrações penais que afetem a família, a infância e a juventude. Para isso, estão em andamento projetos de combate à violência contra a mulher, contra crianças e adolescentes e de prevenção ao uso de drogas. A Promotoria organiza palestras informativas para a população em geral e também para educadores e outros profissionais.

Os professores das redes pública e privada da cidade têm a oportunidade de participar de ciclos de debate sobre temas relevantes para a comunidade. Em maio de 2009, a Promotoria discutiu o combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Também já foram realizadas palestras sobre o combate ao uso de entorpecentes, sempre com o foco na atuação dos professores. A promotora Mariana Távora acredita na eficácia deste trabalho. Para ela, é fundamental que os educadores saibam reconhecer e intervir em situações de risco. “Cada professor deve ser um multiplicador desse conhecimento”, afirma.

Um por todos, todos por um

Uma grande e boa surpresa. É assim que Welder dos

Santos Soares define sua ainda breve experiência na Promotoria. Welder foi o último servidor a se juntar à equipe de Brazlândia, em janeiro em 2009. Formado em Direito, ele optou por Brazlândia pela proximidade com Taguatinga, onde mora. Depois de alguns meses na Promotoria, não hesita em dizer que gosta muito de lá. “O ambiente de trabalho é bom, somos unidos. E tenho muito contato com a minha área de formação”, conta.

Rozimeire, depois de tantos anos na Promotoria, concorda com o colega recém-chegado. “O grande motivador é trabalharmos em equipe, como uma família. Temos uma causa só”, acredita.



Geyzon Lenin

Para o promotor Leandro, o MP deve estar perto da sociedade



O concurso escolar realizado na cidade trouxe lições de trânsito e cidadania

Unindo forças

Em Santa Maria, a palavra de ordem é parceria. Seja trabalhando em conjunto com outras Promotorias, com instituições no Distrito Federal e até com o Ministério Público do Estado de Goiás, a Promotoria da cidade tem buscado formas de garantir os direitos da população. Um dos focos principais é o combate à criminalidade. “Temos um alto índice de crimes relacionados ao uso e ao tráfico de drogas”, explica o Coordenador Admi-

nistrativo, promotor André Luiz Pereira do Lago César.

Uma das iniciativas é a parceria com a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e com a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) para mapear as áreas com maior incidência de crimes na cidade. Foram identificados locais de venda de drogas, os principais traficantes da cidade e as pessoas envolvidas em gangues. Estabeleceu-se a rotina de oferecer denúncia sempre que ao menos

um dos envolvidos for identificado. Desde que o trabalho foi iniciado, Santa Maria já chegou a passar 58 dias sem registrar nenhum homicídio.

Muitos dos procedimentos que passam pela Promotoria envolvem crianças e adolescentes. Por isso, as Promotorias de Defesa da Infância e da Juventude (PDIJ) e de Defesa da Educação (Proeduc) foram acionadas para auxiliar no trabalho de conscientização realizado nas escolas da cidade.

Palavra de especialista

Drogas com trânsito

Será que dá certo?

Para não ter problemas depois

É melhor ficar esperto!

Marina, 10 anos

Para que beber e dirigir

Se você pode matar e ferir?

Alexandre, 11 anos

(Trechos dos poemas produzidos pelos estudantes de Santa Maria)

O Grupo de Apoio à Segurança Escolar também atuou incentivando a criação de Conselhos de Segurança Escolar nas unidades de ensino de Santa Maria.

Outra parceria, com a Promotoria de Delitos de Trânsito, resultou no concurso escolar *Drogas e trânsito: a educação como fator de prevenção e exercício da cidadania*. Os alunos da rede pública de Santa Maria foram convidados a exercitar a criatividade elaborando cartazes, poesias, ilustrações, coreografias e até peças de teatro sobre trânsito, cidadania e prevenção ao uso de drogas. Crianças e jovens de 16 escolas da cidade mostraram que aprenderam a lição. O resultado foi tão positivo que a ideia, agora, é levar a iniciativa para outras cidades do DF.

Além da fronteira

Dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) demonstram que, dos 111 veículos recuperados entre janeiro e setembro de 2007, 73 fo-

ram localizados nas proximidades da BR 040. Os números indicam que os criminosos encontram facilidade para repassar os carros roubados em Santa Maria e nas cidades próximas. Para combater o problema, a Promotoria de Santa Maria uniu esforços à Promotoria de Defesa do Consumidor (Prodecon) e ao Ministério Público do Estado de Goiás para fiscalizar os ferros-velhos da região.

Os donos de 30 estabelecimentos foram convocados para uma reunião com promotores do DF e de Goiás, além de representantes das Polícias Civil e Militar e da PRF. O objetivo foi conscientizar os comerciantes sobre os cuidados necessários na atividade de compra e venda de automóveis e sucatas. O Tenente Coronel Rivaldo Marinho, da Polícia Militar do Novo Gama, acredita que os comerciantes podem ser aliados no combate à criminalidade. “A sociedade não pode ser omissa,

deve atuar em conjunto com os órgãos fiscalizadores.”

O Ministério Público do Estado de Goiás também trabalhou ao lado do MPDFT no combate à criminalidade na Feira do Produtor Rural do Novo Gama, conhecida como Feira do Pedregal. O local era visto pela comunidade como um ponto de recepção de mercadorias roubadas ou furtadas e também servia à prática de outros crimes. A parceria resultou na cartilha “A Feira do Produtor Rural Benedito Dantas dos Santos”, distribuída aos feirantes e frequentadores. A publicação traz dicas de segurança e explicações sobre o papel do Ministério Público e da Polícia, além de endereços e telefones úteis. “É um primeiro passo para conscientizar a população sobre a necessidade de colaborar com o poder público. Só assim o combate à violência será efetivo”, defende o Coordenador Administrativo André Luiz.



O promotor André Luiz acredita que a cooperação entre instituições é o caminho para combater a violência



Evaldo Vilela

O lançamento da cartilha **Polícia Cidadã** teve a participação dos **Conselhos de Segurança Escolar** da cidade

Aposta no futuro

Violência doméstica, brigas nas escolas, crimes contra a vida. Os problemas da cidade mais populosa do Distrito Federal podem ser percebidos nas demandas que chegam ao Ministério Público. “As desestruturas sociais em Ceilândia afetam tudo o que fazemos aqui”, afirma o Coordenador Administrativo da Promotoria de Justiça na cidade, Thiago André Pierobom de Ávila. Para interferir nessa rea-

lidade, o Ministério Público leva adiante diversos projetos.

As dificuldades começam dentro de casa, literalmente. A violência doméstica é responsável pela maior parte dos atendimentos realizados na Promotoria. Por essa razão, foi criado o projeto SempreViva, que atua na prevenção da violência doméstica e familiar contra mulheres. O Ministério Público tem buscado uma articulação com a rede so-

cial de apoio à mulher em situação de violência doméstica para prestar atendimento multidisciplinar.

Vítimas e agressores recebem atendimento psicossocial e jurídico oferecido pelos parceiros cadastrados pela Promotoria. Tanto os casais que querem permanecer juntos quanto os que não desejam manter o relacionamento podem participar do projeto. A dona de casa Wanusa

Maria Rodrigues de Sousa, de 31 anos, é uma das mulheres que buscou ajuda e não se arrepende. Casada desde 1999, era constantemente agredida pelo marido. Só teve coragem de denunciá-lo em 2007.

Wanusa garante que muita coisa mudou desde que foi encaminhada para o atendimento multidisciplinar. Ela e o marido ainda estão juntos, mas, agora, a relação amadureceu. “Ele está entendendo que precisa deixar de ser violento.” A dona de casa tem planos: quer se qualificar e conseguir um emprego. “Antes ele não me deixava trabalhar fora, mas agora é diferente”, comemora.

A aposta da Promotoria é que o fortalecimento das estruturas sociais também pode contribuir para a diminuição dos índices de violência em geral. Hoje, Ceilândia tem o maior número absoluto de homicídios no Distrito Federal. “Todas as causas estão ligadas. Uma família marcada pela violência dentro de casa dificilmente conseguirá ensinar o respeito ao próximo. Nosso objetivo é romper esse ciclo de violência”, afirma o Coordenador Administrativo.

Segurança e cidadania

A relação entre a comunidade e a autoridade policial é outro

ponto de conflito detectado pelo Ministério Público. Para orientar a população no relacionamento com a polícia e mostrar os direitos e deveres de cada um na garantia da segurança pública, foi elaborada a cartilha *Polícia Cidadã*. A publicação é uma parceria entre o MPDFT, a Polícia Militar do Distrito Federal, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania e a Subsecretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O lançamento aconteceu na Escola Classe nº 60 de Ceilândia, em junho de 2008 e, desde então, mais de 80 mil exemplares da cartilha já foram distribuídos em todo o Distrito Federal.

As escolas são um dos públicos preferenciais da cartilha, e por uma boa razão: os índices de violência nas instituições de ensino são altos. A pedido do Ministério Público, a Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia realizou um levantamento sobre as escolas com maior número de ocorrências. Das 90 escolas públicas da cidade, 20 mereceriam atenção especial da Promotoria de Justiça. A partir dessas informações, foram ins-

taurados procedimentos para acompanhar cada uma delas.

A Promotoria também tem ajudado as escolas a firmar parcerias com instituições que possam colaborar nos projetos de cada unidade de ensino. São instituições públicas e organizações não governamentais que trabalham no combate às drogas, na disseminação da cultura da paz e na promoção de atividades culturais, entre outras iniciativas.

O trabalho de combate à violência nas famílias, na escola e na comunidade é uma aposta no futuro de Ceilândia. “Nossa expectativa é que as novas gerações possam viver em uma cidade mais segura, com menos armas, drogas e crimes”, afirma o Coordenador Administrativo.



Eraldo Vieira

Pierobom: “O trabalho do MP busca trazer mais segurança e cidadania”



Geyzon Lenin

Com uma atuação mais próxima da comunidade, a Promotoria quer melhorar o acesso à Justiça

Por um mundo mais humano

O clima de cidade do interior que se percebe no Gama também existe na Promotoria de Justiça da cidade. Ambiente agradável, equipe entrosada, serviço de qualidade. E, apesar de a cidade ser considerada tranquila, membros e servidores trabalham para reduzir ainda mais os conflitos. Para isso, foi criado o projeto-piloto Práticas Restaurativas. O

objetivo é diminuir os casos de conflitos interpessoais, principalmente relacionados ao uso de álcool e entorpecentes e à violência doméstica.

A ideia do projeto surgiu com a constatação do alto índice de reincidência entre os autores de delitos na cidade. “Nossa meta atual é sanar o problema pela raiz, agir na causa de todo

o conflito”, conta um dos coordenadores do projeto, o servidor Orlando Marçal.

Atualmente, o principal foco do trabalho são os processos que envolvem a Lei Maria da Penha. Os familiares e os casais recebem orientação jurídica e psicoterapêutica. Os envolvidos não são vistos como vítimas e autores, mas como persona-

gens da mesma história. Tudo paralelo ao processo judicial. “Tentamos enxergar além dos laudos, das páginas dos processos. Ver todo o sofrimento e todas as dificuldades que as pessoas trazem”, afirma Marçal. As ações partem do princípio de que, muitas vezes, a condenação ou a absolvição não são suficientes para solucionar o problema.

Segundo o Coordenador Administrativo da Promotoria do Gama, Wanderley Ferreira dos Santos, este é o único projeto de práticas restaurativas realizado por uma Promotoria de Justiça no Brasil e, por isso, é referência no país. A Promotoria conta com a colaboração de organizações da sociedade civil e outras instituições da cidade, formando uma rede de apoio social. Essa rede possibilita a discussão sobre formas de se oferecer maior estrutura e suporte aos envolvidos em processos judiciais. “A meta do projeto é mostrar o lado mais humano da Justiça e trazer a Promotoria para mais perto da comunidade”, conta o Coordenador.

História antiga

Criada em 1980 para atender a demanda da crescente cidade do Gama, a Promotoria contava, na época, com dez pessoas: quatro servidores e seis promotores. Eram apenas duas salas. “Sabíamos da importância do trabalho que desempenhávamos. Isso

sempre foi um combustível e tanto”, conta Maria Zilvanir Costa, a primeira servidora da Promotoria. A cidade ainda era pequena, e os funcionários conheciam quase todas as pessoas que tinham processos em tramitação.

A Promotoria cresceu, assim como a cidade. Hoje, a equipe trabalha para atender uma população de 138 mil habitantes. Para se adequar ao novo cenário, a sede própria foi inaugurada em 2004, com uma área de 4.583 m².

Entre os “veteranos” da Promotoria, está o próprio Coordenador Administrativo. Wanderley é promotor há 15 anos, a maior parte deles no Gama. Antes, ele já havia trabalhado oito anos como servidor. Nascido no Gama e morador da cidade desde então, o Promotor é figura conhecida na comunidade e explica que a opção de trabalhar lá foi sua.

É esse espírito de grupo que motiva servidores e promotores do Gama. O objetivo é fazer o melhor trabalho possível. “Sabemos da importância de uma Promotoria de Justiça para o zelo dos direitos de todos nós”, explica Maria Zilvanir.

Para atender da melhor forma as demandas que chegam ao Ministério Público, a Promotoria busca trabalhar de forma articulada com a Polícia e com o Tribunal de Justiça. O atendimento à população inclui informações sobre processos, aconselhamento, encaminhamento a instituições especializadas e conciliação. O lema é não deixar ninguém sem resposta. “Procuramos ajudar o máximo possível. É muito gratificante escutar que o cidadão saiu satisfeito”, conta Maria Zilvanir. “É comum as pessoas voltarem para agradecer pela atenção dos promotores e servidores.”



Evatodo Vilela

Para o promotor Wanderley, a Justiça precisa ser mais humana e estar mais próxima da população



Evaldo Vilela

A antiga Cidade Livre, primeira região administrativa do Distrito Federal, abriga a mais nova Promotoria de Justiça

Novos ares

Justiza mais acessível. É com esse objetivo que foi inaugurada a caçula das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Desde 5 de novembro de 2009, a primeira Região Administrativa do DF também possui circunscrição judiciária própria. Instituída pela nova Lei de Organização Judiciária, abrange, além do Núcleo Bandeirante, a população do Park Way, da Candangolândia e do Riacho Fundo.

A Promotoria recém-inaugurada já entrou em ação e faz planos

para o futuro. “Iniciamos as reuniões com a Polícia e entidades civis para debater os problemas ligados à criminalidade”, conta o Coordenador Administrativo Substituto, o promotor de Justiça Diógenes Lourenço. A meta é aproximar a Promotoria da população e tornar o Ministério Público cada vez mais eficiente e atuante.

Para isso, a Promotoria busca articular convênios e parcerias com instituições públicas e organizações da sociedade civil para promover ações educativas e de ressocialização nos casos

de delitos de trânsito. Também já foram iniciadas as ações de um projeto voltado aos moradores de rua. Segundo o promotor, este é um problema recorrente na cidade. “Vamos trabalhar para tirá-los da situação de abandono”, explica Diógenes.

Mais atribuições

Tudo começou no ano 2000. Em caráter experimental, um Juizado Especial de Competência Geral foi implantado na cidade com a intenção de descentralizar as Varas Judiciárias. Na época, o titular

Um pouco de história

Em 1956, foram abertas as principais avenidas do Núcleo Bandeirante. O objetivo era estabelecer uma área comercial que atendesse as necessidades surgidas com a construção de Brasília. O local em que foi implantada a cidade, fora do perímetro do Plano Piloto, pertencia às fazendas goianas Bananal, Vicente Pires e Gama. O loteamento tinha destinação exclusivamente comercial e, por esse motivo, não eram fornecidos alvarás para residências. Sua existência estaria limitada ao período da construção de Brasília (1956-1960). Os lotes foram cedidos em sistema de comodato: a escritura não era definitiva e os terrenos deveriam ser devolvidos à Novacap no final de 1959. Para incentivar a ida de comerciantes, a região também estava livre do pagamento de impostos. Daí a origem do nome Cidade Livre.

(Fonte: www.bandeirante.df.gov.br)

da Promotoria Especial Criminal de Brasília também acumulava as atribuições e processos do Núcleo Bandeirante. Havia apenas um servidor para realizar as funções administrativas e de secretariado. “Vir para cá quando tudo ainda eram planos foi um grande desafio”, revela Renato dos Anjos, o primeiro e, por quase quatro anos, o único servidor do Núcleo Bandeirante.

Com o aumento da demanda, foi criada a Promotoria Especial

Criminal do Núcleo Bandeirante. Um promotor titular assumiu os trabalhos e o Fórum ganhou nova sede em um prédio alugado pelo Tribunal de Justiça no Setor de Indústrias Bernardo Sayão. Em 2002, foram criados um novo Juizado e uma nova Promotoria Especial Criminal.

Foi somente em 2008, com a nova Lei de Organização Judiciária, que a Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante pôde ser instituída. No mesmo ano, o Fórum Hugo Auler ganhou um prédio próprio.

Atualmente, a Coordenadoria Administrativa do Núcleo Bandeirante é composta por duas Promotorias Criminais e uma Cível, além de duas Especiais Criminais, que atendem os cerca de 85 mil habitantes da região. “Com o aumento das atribuições, a tendência é que o número de processos em tramitação no Núcleo Bandeirante cresça consideravelmente”, afirma o promotor Diógenes. “Com a

melhora da nossa infraestrutura, a Promotoria vai poder fazer muito mais”, completa.

Novidades à vista

A Lei de Organização Judiciária do DF também criou o Juizado Especial de Competência Geral do Riacho Fundo. Com ele, uma Promotoria Especial Criminal foi inaugurada para atender a cidade. Vinculada à Circunscrição do Núcleo Bandeirante, a nova Promotoria recebe os processos nos casos de crimes de menor potencial ofensivo, com penas previstas de até dois anos de reclusão.

E esse é apenas o começo. A Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios prevê uma Circunscrição Judiciária do Riacho Fundo. A Resolução nº 4 de 2008, do TJDF, estabelece que a nova circunscrição terá competência sobre os feitos das Regiões Administrativas do Riacho Fundo I, Riacho Fundo II e Recanto das Emas.



Evaldo Vieira

Diógenes: “Com a melhora da infraestrutura, poderemos fazer muito mais.”



www.mpdft.gov.br
Ouvidoria: 127

